

IPREV (SC)

Analista -
Técnico Administrativo II



Editais verticalizados

IPREV (SC) - Instituto de
Previdência do Estado de
Santa Catarina

 O que cai
na prova

.....

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
3. Domínio da ortografia oficial.
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual: emprego de elementos de referência, substituição e repetição,
5. de conectores e de outros elementos de sequenciação textual; emprego de tempos e modos verbais.
6. Domínio da estrutura morfosintática do período: emprego das classes de palavras;
7. relações de coordenação entre orações e entre termos da oração;
8. relações de subordinação entre orações e entre termos da oração;
9. emprego dos sinais de pontuação;
10. concordância verbal e nominal;
11. regência verbal e nominal;
12. emprego do sinal indicativo de crase;
13. colocação dos pronomes átonos.
14. Reescrita de frases e parágrafos do texto;
15. significação das palavras;
16. substituição de palavras ou de trechos de texto;
17. reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto;
18. reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.
19. Correspondência oficial (conforme Manual de Redação Oficial do Governo do Estado de Santa Catarina);
20. aspectos gerais da redação oficial;
21. finalidade dos expedientes oficiais;
22. adequação da linguagem ao tipo de documento;
23. adequação do formato do texto ao gênero.

LEGISLAÇÃO E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Constituição Federal de 1988, artigos 1º ao 16 e artigos 37 ao 41.
2. Artigos 312 ao 327 do Código Penal.
3. Moralidade.
4. Ética funcional.
5. Regras Deontológicas.
6. Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados.
7. Constituição do Estado de Santa Catarina, de 1989.
8. Lei nº 6.745/1985 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Santa Catarina.
9. Lei Complementar nº 491/2010 - Estatuto Jurídico Disciplinar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Santa Catarina Moralidade.
10. Ética funcional.
11. Regras Deontológicas.

INFORMÁTICA BÁSICA

1. Conceitos básicos de informática, componentes funcionais de computadores (hardware e software), periféricos e dispositivos de entrada, saída e armazenamento de dados.
2. Windows e Linux: conceitos básicos e características.
3. Conceitos e funções de aplicativos de editores de texto, planilhas eletrônicas,
4. gráficos, apresentações e gerenciadores de banco de dados.
5. Conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos e pastas.
6. Segurança da informação, sistemas antivírus, Spyware, Malware, Phishing, Spam, sistemas de backup, criptografia, assinatura digital e autenticação.
7. Intranet e Internet: conceitos básicos e utilização de tecnologias, ferramentas e aplicativos associados à internet; navegação, correio eletrônico, grupos de discussão, busca e pesquisa.
8. Compactadores de arquivos, chat, softwares e ambientes para reuniões virtuais – Zoom, Google Meeting, Microsoft Teams e Skype.

RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO

1. Entendimento da estrutura lógica de relações arbitrárias entre as pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios;
2. dedução de novas relações em função de relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.
3. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais; raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos e discriminação de elementos;
4. problemas utilizando as operações fundamentais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
2. Princípios fundamentais.
3. Direitos e garantias fundamentais;
4. Direitos e deveres individuais e coletivos,
5. direitos sociais,
6. direitos de nacionalidade,
7. direitos políticos,
8. partidos políticos.
9. Organização político-administrativa do Estado;
10. Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios;
11. Da intervenção.
12. Administração Pública; Disposições gerais,
13. servidores públicos.
14. Poder Executivo; Atribuições e responsabilidades do presidente da República.

15. Poder Legislativo: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal, deputados e senadores;
16. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária;
17. Comissões parlamentares de inquérito.
18. Poder Judiciário: Disposições gerais.
19. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia Pública; Defensoria Pública.
20. Ordem econômica e financeira.
21. Ordem social.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Estado, governo e administração pública: conceitos; elementos.
2. Direito administrativo: conceito; objeto; fontes.
3. Ato administrativo; conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies; extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação; decadência administrativa.
4. Agentes públicos: disposições constitucionais aplicáveis;
5. Disposições doutrinárias: conceito; espécies; cargo, emprego e função pública; provimento; vacância; efetividade, estabilidade e vitaliciedade; remuneração; direitos e deveres; responsabilidade; processo administrativo disciplinar.
6. Poderes da Administração Pública; hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; uso e abuso do poder.
7. Regime jurídico-administrativo; conceito; princípios expressos e implícitos da administração pública.
8. Responsabilidade civil do Estado: responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro; responsabilidade por ato comissivo do Estado; responsabilidade por omissão do Estado; requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado; causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado; reparação do dano; direito de regresso.

9. Serviços públicos; conceito; elementos constitutivos; formas de prestação e meios de execução; delegação: concessão, permissão e autorização; classificação; princípios.
10. Organização administrativa; centralização, descentralização, concentração e desconcentração;
11. Administração direta e indireta; autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;
12. Licitações e contratos administrativos; fundamentos constitucionais.
13. Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio.
14. Prescrição administrativa.
15. Representação e reclamação administrativas.
16. Advocacia Pública Consultiva.
17. Hipóteses de manifestação obrigatória.
18. Lei nº 8.429/1992 - Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências e
19. Lei 14.230/2021.
20. Lei nº 9.784/1999 - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública.
21. Lei nº 14.133/2021 - estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
22. Lei nº 10.520/2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
23. Lei nº 12.527/2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111/2005, e dispositivos da Lei nº 8.159/1991; e dá outras providências.
24. Lei nº 12.846/2013 - Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

25. Lei nº 13.655/2018 - Inclui no Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público.
26. Decreto nº 9.830/2019 - Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657/1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro.
27. Lei complementar nº 741/2019 - Dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo, e estabelece outras providências.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS

1. Classificação de materiais;
2. Atributos para classificação de materiais; Tipos de classificação; Metodologia de cálculo da curva ABC.
3. Logística e gestão de estoques.
4. Compras; Organização do setor de compras; Etapas do processo; Perfil do comprador; Modalidades de compra; Cadastro de fornecedores.
5. Compras no setor público; Objeto de licitação; Edital de licitação.
6. Recebimento e armazenagem.
7. Distribuição de materiais.
8. Gestão patrimonial;
9. Tombamento de bens;
10. Controle de bens;
11. Inventário;
12. Alienação de bens;
13. Alterações e baixa de bens.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E ORÇAMENTO PÚBLICO

1. papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas;
2. formas e dimensões da intervenção da administração na economia;
3. funções do orçamento público.
4. Orçamento público; conceito; técnicas orçamentárias; princípios orçamentários; ciclo orçamentário; processo orçamentário.
5. O orçamento público no Brasil;
6. plano plurianual;
7. diretrizes orçamentárias;
8. orçamento anual;
9. outros planos e programas;
10. sistema e processo de orçamentação; classificações orçamentárias; estrutura programática; créditos ordinários e adicionais.
11. Programação e execução orçamentária e financeira;
12. descentralização orçamentária e financeira;
13. acompanhamento da execução;
14. sistemas de informações; alterações orçamentárias.
15. Receita pública; conceito e classificações; estágios; fontes; dívida ativa.
16. Despesa pública; conceito e classificações; estágios; restos a pagar; despesas de exercícios anteriores; dívida flutuante e fundada;
17. suprimimento de fundos.
18. Lei de Responsabilidade Fiscal; conceitos e objetivos; planejamento; receita pública; despesa pública; dívida e endividamento; transparência, controle e fiscalização.
19. Emenda Constitucional 103 de 12/11/1998.
20. Lei Federal Nº 9.717 de 27/11/1998.
21. Lei Federal Nº 13.954 de 16/12/2019.
22. Lei Complementar Estadual nº 412 de 26/06/2008.
23. Lei Complementar Estadual nº 661 de 02/12/2015.
24. Lei Complementar Estadual nº 795 de 06/01/2022.
25. Lei Complementar Estadual nº 773 de 11/08/2021.
26. Decreto Lei Estadual 3337 de 23/06/2010.

27. Resolução IPREV nº 001/2022 - <https://www.iprev.sc.gov.br/noticias/resolucao-01-iprev/>.
28. Resolução IPREV nº 002/2022 - <https://www.iprev.sc.gov.br/noticias/resolucao-02-iprev/>.
29. Resolução IPREV nº 003/2022 - <https://www.iprev.sc.gov.br/download/resolucao-03/#>.
30. Resolução IPREV nº 004/2022 - <https://www.iprev.sc.gov.br/resolucao-04-recadastramento/>.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!